



EDUCAÇÃO INFANTIL: A (MAIS DO QUE) LENTA PASSAGEM DO ASSISTENCIALISMO PARA A EDUCAÇÃO

LOEHDER, Tais Maiara Loss
Tais.loss@gmail.com

SILVEIRA, Carmem Lúcia Albrecht da
Carmem.albrecht@hotmail.com

Teorias Temáticas: Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação
Agência Financiadora: CAPES INEP

Resumo

O texto tem como ponto de partida o princípio básico da educação infantil: educar e cuidar, discutindo a idéia que norteia as bases da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o assistencialismo, que depois de 1996 vem nas entrelinhas da lei. A educação pré-escolar consiste na educação das crianças antes da sua entrada no ensino obrigatório. Neste momento da educação a LDB defende que a instituição deve promover o desenvolvimento de aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social na criança, mas será que esse desenvolvimento esta realmente acontecendo? A pesquisa foi realizada em duas redes municipais de ensino do interior do Rio Grande do Sul, as duas cidades tem um contexto sócio-econômico bem diferenciados, a demanda de alunos de uma das cidades é superior a da outra, mas há um ponto em comum entre as duas: a racionalidade financeira deslocada de referenciais pedagógicos, marcados pela ação de docentes sem qualificação. No levantamento de dados da pesquisa observamos que a divisão existente na pré-escola esta gerando uma alternativa de políticas de recursos humanos de baixo custo, aumentando a quantidade de profissionais sem a qualificação necessária. A aprendizagem é feita através de estímulos com o objetivo de exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização, mas de que forma é feito este estímulo, ou então será que as “professoras” que atuam no nas redes municipais realmente sabem como aplicar métodos para estimular aprendizagem das crianças? A pesquisa será essencialmente quantitativa, o ponto de partida para a construção dos modelos teóricos explicativos será desenvolvido especialmente por meio da análise dos dados empíricos. Assim o estudo parte da contextualização do ensino primário das redes a fim de comprovar que o processo de ensino aprendizagem inicia junto à vida da criança e para que ocorra uma educação qualificada é preciso investir em profissionais qualificados.

Palavras chaves: Educação infantil. Qualificação. Profissionais. Políticas. Ensino-aprendizagem.

Introdução

Através desta pesquisa, realizada em duas redes municipais de ensino do interior do Rio Grande do Sul, buscamos iniciar uma discussão na qual o referencial é a qualificação da Educação Infantil.

Se levarmos em conta que a educação Infantil é a primeira Etapa da Educação Básica, onde a finalidade é o desenvolvimento integral, chegamos à conclusão que só ocorrerá desenvolvimento quando existir um trabalho qualificado. Coloca-se então a necessidade de ações educativas de qualidade, ou seja, investir a formação dos profissionais da educação infantil.

Neste modelo, o sujeito – no caso, a criança – é reconhecida como ser pensante, capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura, sendo a escola um espaço e um tempo onde este processo é vivenciado, onde o processo de ensino-aprendizagem envolve diretamente a interação entre sujeitos. (RABELLO. PASSOS, 2011, p. 5)¹

As duas cidades citadas possuem funcionários que atuam nas escolas como titulares de turmas, sendo que não possuem nenhum tipo de qualificação na área da educação. Ou seja, partem do pressuposto de que no início da educação básico, até os 3 anos de idade, as crianças necessitam apenas de cuidados, assistencialismo, por isso não é necessária qualificação e sim experiência ou gostar de crianças.

Mas segundo Vygotsky “desde o nascimento da criança o aprendizado esta relacionado ao desenvolvimento e é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas”. Portanto é imprescindível que a criança seja estimulada a aprender e não apenas ter os cuidados básicos. Os professores devem proporcionar aos alunos um ambiente de estímulos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem do aluno².

Partindo desta lógica, será possível que profissionais sem a mínima qualificação necessária tenham condições para realizarem um trabalho onde os alunos tenham assegurados mais do que apenas afeto e cuidado e sim educação?

¹ RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. Vygotsky e o desenvolvimento humano. Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> no dia 14 de agosto de 2011. p 5.

² VIGOSTKI, Lev Semeovich. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Organização Michael Cole. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira, Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6º ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1998.

O texto tem como objetivo problematizar o contexto encontrado nas duas cidades, caracterizando os cargos de recreacionistas e contratadas, mostrando atributos, objetivos e a descrição do cargo. Apontamos a questão de que não basta apenas cuidar, e sim educar. Defendendo, como Vygotsky, que o processo de aprendizagem inicia desde o momento do nascimento da criança, sendo que a aprendizagem não acontece apenas na escola.

Do assistencialismo a Educação

Contextualização das redes

Foram escolhidas duas redes do interior do Rio Grandes do Sul, as redes possuem uma realidade não muito próxima, onde uma das cidades possui uma demanda maior de alunos do que a outra. Mas existe um ponto em comum entre os dois municípios, e é neste ponto que a pesquisa se dará. Ambas possuem uma política de recursos humanos com uma racionalidade financeira deslocada de referenciais pedagógicos, ou seja, nos dois casos existem cargos, recreacionista e contratado (este último por meio de terceirização) nos quais os profissionais que atuam nas EMEIs não possuem nenhuma formação na área da educação.

No primeiro município, que irei denominar de MUNICÍPIO X, existe o cargo “contratadas”, funcionárias que atuam nas turmas de berçários, de 2 anos e de 3 anos. A contratação é feita através de uma empresa terceirizada que é responsável pela seleção e contratação. Inicialmente a exigência mínima para a seleção era a de a candidata ser mãe, levando a certidão de seus filhos para comprovação, agora depois de algumas modificações o requisito mínimo para contratação é o de estar cursando pedagogia, ou no mínimo de estar matriculada. O pressuposto inicial da rede seria que tendo “criado” um filho ou cuidado de netos teria a habilitação para ser professora.

[...] o ideal feminino de obediência, afetividade, dedicação, doação esteve associado às qualidades necessárias à educadora de crianças pequenas, referendando um discurso relativo a essas profissionais no qual as qualidades pessoais sobrepõem se às competências profissionais. [...] (KRAMER, 2005, p. 159)³

Já na outro município, denominado de MUNICÍPIO Y, o cargo é de recreacionista, criado em 2006 tem objetivo que as crianças do integral tenham no turno inverso ao da

³ 3. KRAMER, Sonia. Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação. São Paulo. Ed: Ática, 2005, p 159.

“escola”, onde ele aprende com uma professora na parte da manhã, atividades lúdicas dirigidas por uma funcionária. No dia 23 de maio de 2006 foi assinada a lei em que se extingue o cargo de Educadora Infantil e criava-se o novo cargo de Recriacionista, o novo cargo teria como atribuições os seguintes aspectos: executar as atividades indissociáveis de cuidar e educar crianças de 0 a 6 anos, sob a orientação do professor titular e da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal. A contratação se daria através de concurso público, onde o requisito mínimo de formação foi o de ensino médio, passaram neste concurso cerca de 39 candidatos e hoje atuam na rede Y 22 nomeadas. Mas a realidade é um pouco diferenciada, encontramos essas funcionárias atuando como titulares de turmas de berçário, 2anos e 3anos nas EMEIS.

O assistencialismo

Esse texto tem como ponto de partida o princípio básico da educação infantil: educar e cuidar, sendo que desde 1996 a ela foi garantido o direito de primeira etapa da educação básica. Isso porque até então era vista apenas como um assistencialismo, onde os pais deixavam seus filhos nas creches para irem trabalhar. A educação pré-escolar consiste na educação dos alunos antes da sua entrada no ensino obrigatório, agora aos 6 anos de idade. Neste tipo de educação, as crianças são estimuladas - através de atividades lúdicas e jogos - a exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização.

Mas será que isso realmente ocorre? Hoje podemos afirmar que educação infantil realmente é uma etapa onde ocorre um processo de educação? Os profissionais que atuam nas escolas primárias são realmente qualificados? Para responder a essas perguntas foi desenvolvida uma pesquisa cujo foco são as políticas de recursos humanos da educação infantil adotadas pelas cidades escolhidas.

Em relação fundamentação do ensino fica claro que a educação infantil é oferecida em duas modalidades: de 0 à 3 anos em creches e de 4 à 6 anos em pré-escolas. Sendo que são consideradas creches qualquer instituição que seja responsável pela EDUCAÇÃO E CUIDADO, e as pré-escolas já são denominadas de educação infantil.

O objetivo da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Estimulando-os ao interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.⁴

Em relação à política de recursos humanos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), todos os professores deverão ter habilitação específica em nível superior. Já os auxiliares devem ter, no mínimo formação de nível médio acrescida de formação específica para atendimento às crianças nesta faixa etária, sempre atuando em conjunto com os professores⁵.

No entanto, ao entrar em contato com as realidades das escolas não foi este contexto que encontramos, como já foi dito acima, existem cargos que, inicialmente, seriam auxiliares em sala de aula, mas na realidade são titulares de turmas, muitas vezes exercendo funções sem nenhum conhecimento específico ou sendo cobrados a terem bons resultados sem subsídios.

Reafirma-se o princípio da educação infantil nas redes, ou seja, os cargos teriam como compromisso primário o cuidar e educar as crianças de 0 à 6 anos. O interessante nos atributos dos cargos é que seus objetivos, que pedagogicamente estão corretos, muitas vezes não são do conhecimento desses funcionários, pois a qualificação que a elas é solicitada não tem um foco direcionado a pedagogia. Objetivos como:

- Executar trabalhos de cuidado da criança em todos os momentos nas áreas de saúde, alimentação, higiene, vestuário, etc;
- Realizar atividades que proporcionem o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- Planejar, desenvolver e avaliar, de acordo com orientações pedagógicas recebidas, atividades permanentes que atendam as necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças, a serem realizadas diariamente com o grupo;
- Elaborar e cumprir Plano de Trabalho, seguindo orientações do Serviço de Supervisão de Educação Infantil e/ou do professor titular;

⁴ UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. VICE REITORIA DE GRADUAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Textos Legais Complementares LDB 3. Política Educacional I. . Passo Fundo. UPF, 2004.

⁵ UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. VICE REITORIA DE GRADUAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Textos Legais Complementares LDB 3. Política Educacional I. . Passo Fundo. UPF, 2004.

- Executar as estratégias de estimulação para crianças que apresentam dificuldades do desenvolvimento infantil, seguindo orientações do professor titular e/ou da equipe técnico-pedagógica;

Desta forma, no MINICÍPIO X, temos uma realidade em que a esmagadora maioria das responsáveis por turmas constituem-se de funcionários terceirizados sendo relevante citar que em razão das más condições de trabalho, onde a remuneração é baixa, pois o salário chega a ser 30% menor ao salário de um professor efetivo, sem direito a vale alimentação e carteira assinada, tendo o regime de trabalho de 44 horas semanais em comparação aos dos nomeados que cumprem 30 horas semanais. E o fato mais relevante de todos, a qualificação exigida é de no mínimo as atividades de relação doméstica, onde você educa os filhos e netos, ou então a matrícula na graduação, sem nem mesmo precisar estar em um nível mais avançado dos estudos. Todos esses fatores contribuem como condicionantes da qualidade do trabalho desenvolvido.

Da mesma forma o MUNICÍPIO Y apresenta fatores que contribuem para haja ou não uma melhor qualidade de ensino na rede. Como já foi citado são 22 recreacionistas que possuem uma condição de trabalho um pouco melhor que as contratadas da outra rede, pois são concursadas, possuem uma estabilidade, recebem vale transporte e alimentação, décimo terceiro salário e férias. Mas nem tudo são flores, a carga horária é de 44h semanais sendo que a dos professores efetivos é de 22h semanais, o salário é entorno de 59% menor do que o das professoras. Se as suas atuações fossem realmente de auxílio ao professor isso não teria maiores conseqüências, no entanto, as “denominadas” recreacionistas também ministram aulas sem nenhum auxílio de professora regente, o que as faz serem regentes de turmas. Isso ocorreu nas turmas de berçário, 2 anos e de 3 anos, já nas turmas de 4 e 5 anos encontramos as professores titulares, em outras palavras, profissionais nomeadas no cargo de professores de educação infantil.

O ponto em comum que existe entre esses dois cargos é a falta de qualificação, não adianta apenas gostar de crianças para trabalhar com elas. Acredito não ser possível que uma pessoa instruída através de um viés mais científico-tecnológico, onde o principal alvo é o vestibular, ou então estar dando os primeiros passos no caminho da educação sem ter no mínimo um aprofundamento teórico primário, terem condições de estimularem um ambiente específico para as crianças aprenderem, não por falta de uma capacidade, propriamente dita, mas sim por não terem a orientação necessária para “CUIDAR E EDUCAR” uma criança.

Mas a rede Y possui uma peculiaridade, no ano de 2010 foi feito um censo nas 14 escolas existentes no município e concluído-se que a maioria, significativa, das recreacionistas que atuam no município possuem a formação mínima exigida para os professores, o curso normal, e também existem algumas que possuem formação superior nas áreas de educação, não especificamente na pedagogia.

Mas se o princípio básico é o EDUCAR E CUIDAR, onde esta o educar na prática? Podemos dizer que do modo que esta organizada as redes de ensino, as crianças irão realmente aprender apenas com seus 4 e 5 anos? E o período anterior, seria apenas uma “expectativa” do que elas poderão vir a aprender?

Se considerarmos a teoria interacionista de Vigotsky, onde a criança aprende com o meio, é necessário que haja a interação da criança com um objeto através de outra pessoa. Portanto é preciso que o professor, educador, tenha a noção de que na hora da papinha, ou então na higiene pessoal, ou em uma atividade de ludicidade o aluno esta inserido em um momento de desenvolvimento do processo humano, isso porque “o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual dos que acercam. (VIGOTSKY, 1998, p. 64).⁶

Se o desenvolvimento não é biológico, mas sim sócio-histórico, não depende apenas da maturação para que aja um processo gradual de desenvolvimento. Se os alunos da creche não forem bem estimulados, quando estiverem nos anos iniciais, onde terão “realmente” que aprender conteúdos, provavelmente encontrarão dificuldades na assimilação da aprendizagem, e serão “tachados” de fracos, aumentando ainda mais o percentual do fracasso escolar.

O aprendizado esta relacionado ao desenvolvimento das funções psicológicas, ou seja, quando o aluno é orientado em sala de aula, inicia um processo de aprendizagem onde o resultado esperado é que ele saiba solucionar os problemas sozinho, mas até então deverá sempre contar com a ajuda do professor, mostrando-lhe como solucionar a questão. Portanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, não seriam possíveis de acontecer, (VYGOTSKY, 1998, p. 118)⁷.

⁶ VIGOSTKI, Lev Semeovich. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Organização Michael Cole. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira, Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6 ° ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1998, p 64.

⁷ VIGOSTKI, Lev Semeovich. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Organização Michael Cole. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira, Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6 ° ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1998, p 118.

Não estou afirmando que os alunos não irão aprender nada, é claro que essas funcionárias têm um papel fundamental no desenvolvimento dessas crianças. No contexto da rede municipal muitas das crianças ficam nas escolas uma média de 10h diárias, sendo que o convívio com suas famílias é reduzido à algumas horas na noite e aos finais de semana. Essa alta carga horária faz com que os principais estimuladores do processo de desenvolvimento sejam os funcionários das escolas. A questão norteadora de nossa pesquisa é referente à qualidade do ensino, que se for trabalhado desde muito cedo terá uma melhor resposta futuramente.

Qualquer modalidade de interação social, quando integrada num contexto realmente voltado para a promoção do aprendizado e do desenvolvimento, poderia ser utilizada, portanto, de forma produtiva na situação escolar. (OLIVEIRA, Marta. K., 1997, p.64)⁸

Se levarmos em conta que o aprendizado é um processo na qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam, o ensino delas inicia muito antes de freqüentarem a escola, mas é responsabilidade da escola construir um ser psicológico adulto, com suas várias capacidades cognitivas bem desenvolvidas. Sendo que o desempenho desse papel só se dará adequadamente quando a escola conhecer o nível de desenvolvimento do seu aluno, várias capacidades cognitivas bem desenvolvidas. Sendo que o desempenho desse papel só se dará adequadamente quando a escola conhecer o nível de desenvolvimento do seu aluno, dirigindo assim o ensino para novos estágios do conhecimento.

Então a ação do Educar, não esta ligada somente ao fato de apresentar os aspectos sócio-culturais da sociedade que o aluno esta inserido, e sim pensar no Educar como um complexo sistema de desenvolvimento do processo humano, visão esta que o docente só terá depois de ter certo aprofundamento teórico, que é possibilitado apenas com o ensino superior.

Conclusão

⁸ . OLIVEIRA, Martha Kohl de. Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo Scipione, 1997, p 64.

Para Vygotsky a aprendizagem é um processo no qual o indivíduo adquire informações, habilidades, valores, etc., a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. Portanto podemos afirmar que o sistema da aprendizagem sempre necessitará de uma agente que aprende e de um agente que ensina⁹.

Temos portanto uma interação entre desenvolvimento e aprendizagem, que se dá da seguinte maneira: em um contexto cultural, com aparato biológico básico interagir, o indivíduo se desenvolve movido por mecanismos de aprendizagem provocados por mediadores. (RABELLO. PASSOS, 2011, p. 6¹⁰)

Levando em consideração esse conceito, é preciso entender-mos que toda relação onde haja um intermediador entre o objeto estudado e o aluno sempre irá ocorrer uma aprendizagem. Este aspecto não há como discutir. Mas o questionamento que fizemos nesta pesquisa é a qualidade deste ensino, levanta-se uma questão que apesar de ser muito simples pode ter a solução de muitos problemas encontrados nos ensinamentos fundamentais: “Se investimos mais nos primeiros anos do ensino básico, não teremos uma melhor qualidade de ensino nos anos posteriores?”

Ao investir mais na qualificação do ensino nos anos iniciais, estaremos garantindo o desenvolvimento de um homem pensante, mais inteligente, desencadeando um processo de melhoria na educação. É fato que hoje o ensino brasileiro passa por dificuldades, os alunos que estão entrando nas faculdades sentem muitas dificuldades de aprendizagem por terem uma lacuna em algum ponto de seu processo de ensino aprendizagem. Para tanto é preciso investir, não apenas na contratação dos professores, mas sim em suas qualificações profissionais.

Acredito que o estímulo é o ponto principal no ensino da educação primária, nossos alunos só terão interesse em aprender se bem estimulados. Estimulo este fundamentado em uma pedagogia racional, onde os métodos de ensino sejam focados no desenvolvimento intelectual das crianças e não apenas nas relações afetivas.

⁹ VIGOSTKI, Lev Semeovich. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Organização Michael Cole. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira, Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6^o ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1998

¹⁰ OLIVEIRA, Martha Kohl de. Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo Scipione, 1997.

Se o afeto e o cuidado, for a única base do ensino dessas funcionárias, as quais na “teoria” possuem apenas o ensino médio ou o início da graduação, o desenvolvimento infantil dar-se-á de forma defasada, desviando o objetivo das escolas, o de formar indivíduos pensante. Não estou afirmando que se deve deixar de lado a chamada pedagogia do afeto, mas sim tela como um segundo plano de suas metodologias, onde a ênfase principal é desenvolvimento de um homem.

A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, em que nós caminharíamos ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução, nem sempre linear, se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor. (RABELLO. PASSOS, 2011, p. 1)¹¹

O que devemos deixar claro é que, graças a divisão feita pela LDB na Educação Infantil em que as instituições de 0 à 3 anos são consideradas creches e que as 4 à 6 anos pré-escola, abre uma brecha de interpretação para que se mantivesse a idéia de assistencialismo. Portanto, essa dupla interpretação da lei permite que as secretarias contratem funcionários que não tenham nenhuma ou pouca qualificação. A justificativa para isso é que os alunos até 3 anos não necessitariam desenvolver suas capacidades cognitivas e sim ter os cuidados básicos para sanar suas dificuldades, tais como: higiene, alimentação, brincadeiras... Ou seja, as crianças não necessitariam, necessariamente, terem atividades pedagógicas para desencadear um melhor desenvolvimento intelectual, mas sim terem o seu direito de freqüentarem a escola garantido.

Em fim, nosso objetivo é de mostrar que se a educação infantil for realmente tratada como primeira etapa da educação, onde os investimentos em recursos humanos forem bem pensados, igualitário as demais etapas de ensino, a educação infantil não correrá o risco de ser confundida com um espaço de cuidados coletivos. E passará a ser vista como uma etapa onde nossos alunos bem estimulados, orientados por profissionais qualificados, estarão sendo realmente preparados para os ensinamentos posteriores. Tendo como pressuposto que para desenvolvermos uma “melhor” inteligência precisamos estimular nossos alunos desde o começo.

REFERÊNCIAS

¹¹RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. Vygotsky e o desenvolvimento humano. Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> no dia 14 de agosto de 2011, p 1.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. VICE REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Textos Legais Complementares LDB 3.** Política Educacional I. . Passo Fundo. UPF, 2004.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo Scipione,1997.

VIGOSTKI, Lev Semeovich. **A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** Organização Michael Cole. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira, Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6 ° ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1998.

VIGOSTKI, Lev Semeovich. **Teoria e Método em psicologia.** Tradução Claudia Berliner: revisão Elzira Arantes. 2° ed. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 1999.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação.** São Paulo. Ed: Ática, 2005.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano.** Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> no dia 14 de agosto de 2011.